

“O que seria de nós sem nossas ancestrais?”: Professora Doutora Simone Silva Alves

RESUMO

Elida Regina Nobre Rodrigues
elida.nr@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9445-4171>
Rede Estadual de Ensino, Jaguarão,
Rio Grande do Sul, Brasil

Este texto trata-se, em boa parte, de um capítulo da tese intitulada “Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do sul do Rio Grande do Sul”, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que foi defendida em julho de 2022, e teve como objetivo geral analisar como a produção científica das professoras doutoras negras, atuantes em cursos das áreas humanas, apresenta indícios da consciência da negritude por meio de elementos autobiográficos nos seus escritos. A metodologia adotada foi a autobiográfica que, aliada a escrevivência, permitiu que minha narrativa de vida também estivesse presente na pesquisa. Como uma mulher negra e professora, essas escolhas metodológicas também atuam como uma tentativa de rompimento com paradigmas universalizantes, androcêntricos, racistas e sexistas. Assim como a decisão de priorizar autoras mulheres, especialmente as negras, para a construção do referencial teórico utilizado neste trabalho — uma vez que esse estudo surgiu a partir da constatação da invisibilidade das mulheres negras no meio acadêmico. Pude contar com a colaboração da professora doutora Simone Silva Alves, a partir da investigação da produção acadêmica (disponível de forma pública no Currículo Lattes) em que foi possível a construção das categorias: consciência da negritude, feminismo negro, dororidade, invisibilidade, fala/voz, resistência e combate ao racismo, que foram analisadas de acordo com o pensamento de intelectuais negras/os.

PALAVRAS-CHAVE: Professoras negras. Autobiografia. Escrevivência. Ensino Superior. Combate ao racismo.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como base... Desde o início da minha tese já considerava trabalhar com a produção intelectual das professoras, uma vez que, conforme a comprovação verificada por meio do estado da arte, os trabalhos relacionados às mulheres negras costumam dar ênfase em suas histórias de vida, que são riquíssimas, mas que acabam relegando a segundo plano a mulher intelectual, a formadora de opinião que pesquisa e desenvolve novos conceitos, passível de ser citada por outras/os pesquisadoras/es. Com esse pensamento decidi focar nos escritos feitos por elas, de forma mais específica, utilizei como base a pesquisa documental, ou seja, explorar as informações contidas no Currículo Lattes (CL), bem como no conteúdo das produções publicadas.

No ano de 2020, ao entrar em contato telefônico com a professora Simone Silva Alves, pois estávamos no auge da pandemia de COVID-19, fui explicando o teor da pesquisa de forma bem cuidadosa, visto que já havia recebido algumas recusas, no entanto ela nem me deixou terminar, foi categórica: onde é que eu assino?! Argumentei que nem havia terminado de expor o então projeto de tese, mas ela nem quis saber, e taxou: Não precisa! Eu confio em ti!

Naquele momento as nuvens, que até então estavam cinzentas e carregadas, começaram a abrir e deixaram transparecer o azul límpido do céu e o calor e brilho do Sol, ali se iniciou a “gestação” de uma nova doutora negra, aquele voto de confiança foi fundamental para me manter firme. Toda vez que as nuvens teimavam em chegar, a lembrança daquele sim aquecia meu coração e me fortalecia para seguir em frente.

DESENVOLVIMENTO

A Professora Doutora Simone Silva Alves graduou-se em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) entre os anos de 2000 e 2003. Após sua graduação, ingressou no curso de especialização em Gerontologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentando a monografia de título “O olhar da Pedagogia Gerontológica frente à realidade das instituições de longa permanência para idosos” (2005-2007). Continuou sua formação com o curso de mestrado em Educação, também pela UFRGS, com a dissertação de mestrado “A vida dos idosos nas instituições de longa permanência segundo o poder público municipal de Alvorada-RS. Um estudo de caso” (2009-2011). Por fim, cursou o Doutorado em Educação, também pela mesma instituição, com a apresentação da tese “Saberes das mulheres veteranas na economia solidária: Sororidade a educação! (2011-2014). (ALVES, 2022).

O percurso profissional de Alves foi iniciado na Prefeitura Municipal de Alvorada (RS), na função de Secretária de Escola, onde trabalhou de 1991 a 1997. Após esse período há uma lacuna em seus vínculos empregatícios, que só foram retomados em 2005, quando atuou como Assessora Legislativa na Câmara Municipal de Alvorada e em 2008 como Pedagoga e sócia fundadora da ONG Instituto Fonte da Vida.

No ano de 2009 iniciou seu mestrado na UFRGS e passou a ser bolsista da instituição, exercendo atividades de monitoria (2012) na Universidade Aberta do Brasil e posteriormente como Professora Tutora, na Disciplina de “Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico”, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* EAD em Coordenação Pedagógica. Colaboradora no Grupo de Pesquisa “Formação de Professores para MERCOSUL/CONE SUL, linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação”. Posteriormente iniciou seu Doutorado em Educação (2011-2014), com bolsa do CNPQ.

Sua primeira experiência na docência acontece já no ensino superior, como professora substituta na UNIPAMPA (2013-2014), ministrando disciplinas pedagógicas nos cursos de Pedagogia, História e Letras Português/Espanhol. Também em 2014 Alves assume seu cargo de Professora Adjunta no serviço público federal, em regime de dedicação exclusiva, ministrando componentes como Práticas Pedagógicas, Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Movimentos Sociais e Educação e Relações Étnico-Raciais, tanto na Graduação, quanto na Pós-Graduação, função que exerceu até sua partida, concomitante com a Coordenação Acadêmica do Campus.

De prêmios e títulos Alves recebeu em 2015 (UNIPAMPA – Campus Alegrete) e 2016 (UNIPAMPA – Campus Uruguaiana) Menção Honrosa no VII e VIII Salão de Ensino Pesquisa e Extensão, com os seguintes trabalhos: “Os saberes das mulheres veteranas na economia solidária: Sororidade a outra educação”, categoria extensão, apresentação em pôster e “A terceirização na Universidade: Possibilidades e limites da cooperação”, categoria extensão, modalidade oral.

Como linhas de pesquisa e atuação Alves aponta:

- Trabalho, movimentos sociais e educação;
- Formação de professores;
- Políticas públicas e Relações étnico raciais.

Projetos de Ensino que estiveram em funcionamento até 2022:

- 2020: Programa de Residência Pedagógica;
- 2021: Superando a Retenção e a Evasão.

Projetos de Extensão em andamento:

- 2021: Diversidade Étnico-Cultural e Inclusão Educacional: relações entre políticas públicas e formação de professores.

Projetos de Pesquisa em andamento até 2022:

- 2018: Grupo de pesquisa em políticas públicas, relações étnico-raciais e formação de professores;
- 2020: Educação e relações étnico-raciais.

De sua produção acadêmica foram analisadas a dissertação, a tese, doze, dos catorze artigos completos publicados em periódicos; dois, dos três livros e cinco dos dezoito capítulos de livros publicados.

Sua dissertação de mestrado versou sobre um estudo de caso, a vida dos idosos nas instituições de longa permanência de Alvorada, RS. Esse texto pouco deixa transparecer a autora, apenas que é professora e moradora do município de Alvorada, tampouco sobre as motivações que a levaram a pesquisar tal tema, no entanto, o grupo escolhido para pesquisa é reconhecido como um grupo oprimido. Kilomba (2020) nomeia esse processo de identificação como uma característica da negritude, sendo uma mulher negra, portanto vítima de opressão, ela consegue identificar a opressão que atinge pessoas idosas asiladas, pois um “oprimido sempre reconhece o outro oprimido” (GONZALEZ, 2020, p. 214), ou seja, uma mulher negra também padece de opressões, que se interseccionam em muitos pontos com as de uma pessoa idosa asilada, visto que essas são econômica e socialmente vulneráveis,

a grande maioria se aposentou, embora uma parcela não. Ao longo de sua vida geralmente atuaram em trabalho não-especializado ou semiespecializado ou não desenvolveram atividades remuneradas, ficando fora da população economicamente ativa. Nesse sentido, os motivos atribuídos ao fato dos indivíduos estarem fora do grupo economicamente ativo são: um número considerável de mulheres, a procedência rural, a ausência de vínculos empregatícios na maior parte de suas vidas, trabalhos domésticos como ocupação predominante e baixa escolaridade. (ALVES, 2011, p. 27).

Em nenhum momento a autora faz menção a raça dessa população asilada, no entanto é possível perceber alguns indícios desse dado quando ela relata que essa população é composta por muitas mulheres, com baixa escolaridade e dedicadas ao trabalho doméstico. A jornalista Marina Wentzel (2018), aponta que essa descrição tem perfil definido: mulheres negras. Um dos exemplos da precariedade de vida que cerca essas pessoas asiladas se dá quando a autora relata que,

nesses lugares, a troca de dirigente é frequente. Os proprietários vendem os estabelecimentos incluindo os idosos na negociação. Muitas dessas casas clandestinas estão atuando como se fossem um comércio de objetos usados de todos os tipos, pois os órgãos responsáveis em fiscalizar esses locais, muitas vezes, não conseguem encontrar essas casas para que possam tomar ações concretas impedindo que essas práticas sigam aumentando em nosso município. (ALVES, 2011, p. 85).

Para Alves, há uma objetificação das pessoas asiladas ao serem “vendidas” junto com o mobiliário e afins. Em sua tese de doutorado, ao pesquisar sobre as mulheres veteranas na economia solidária, a autora novamente faz a opção por um grupo vulnerável, mas desta vez “se coloca” no texto como uma mulher negra. Ao buscar elementos autobiográficos em sua escrita que remetessem a consciência de sua negritude, foi possível encontrar o entusiasmo com que inicia o texto de sua tese, ao enunciar que

é com grande alegria e luta que uma mulher negra, filha de septuagenários de cidade simples da região metropolitana de Porto Alegre/RS, conseguiu chegar até aqui, no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para apresentar-lhes neste momento, a tese doutoral, que recebe o título de Saberes das Mulheres Veteranas na Economia Solidária: Sororidade a Outra Educação! [...] trago minhas experiências de trabalhadora do campo da educação invadindo a área do social ao cursar o doutorado. (ALVES, 2014, p. 15).

Nessa curta apresentação a autora apresenta alguns elementos importantes, que são caros a esta pesquisa, como o fato de ser uma mulher negra, filha de septuagenários, mas também, a sua alegria e sua luta. Para as pesquisadoras Edla Eggert, Márcia Alves e Sara Campagnaro (2021) as mulheres foram privadas durante muito tempo dos espaços públicos onde o conhecimento foi e é produzido e sistematizado, tais como bibliotecas, escolas e universidades. As mulheres só foram ocupar esses espaços há menos de 100 anos, ressaltando que se trata de uma conquista bastante recente. E ao transpormos essa informação para as mulheres negras, essa brevidade praticamente quadriplica, visto que por muito tempo as mulheres negras escravizadas foram impedidas de receber alfabetização, e, quando tiveram acesso à escola, esse espaço não era de qualidade, o que as impedia de ocuparem posições como acadêmicas, professoras, escritoras, poetisas e críticas (COLLINS, 2019). Diante do exposto, a palavra “luta” remete às dificuldades encontradas por essa mulher negra para chegar ao nível mais alto da carreira acadêmica, uma vez que “a condição econômica das mulheres negras não mudou muito desde os dias de escravidão; ou seja, as mulheres negras têm menos educação formal e tendem a ocupar empregos que pagam menos” (ALVES, 2014, p. 52). Tais dificuldades não seriam só dela, mas de sua família também, ao situá-los no espaço tempo de septuagenários. Vale destacar que a alegria também se faz presente, para mostrar que apesar da luta o percurso vale a pena.

As questões de gênero também permeiam a escrita de Alves (2014), pois a autora enfatiza que o sexo feminino é o principal alvo das três condições fundamentais que embasam a sociedade: na primeira a mulher é discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz ou imperfeita; na segunda, se ela não for branca, sofrerá mais preconceito, pois a herança histórica do escravismo ainda é dominante em uma sociedade em que a cor da pele vira sinônimo de caráter; e na terceira, se a mulher pertencer as classes mais baixas da sociedade é ainda menos valorizada como mulher, marginalizada se for negra, e igualmente excluída pelo seu baixo poder econômico (ALVES, 2014). Essa interseccionalidade de fatores que cercam as mulheres negras é mantida pelo “padrão colonial moderno, responsável pela promoção dos racismos e sexismos institucionais contra identidades produzidas durante a interação das estruturas, que seguem atravessando os expedientes do Direito” (AKOTIRENE, 2019, p. 35). A herança do escravismo, elencada por Alves, ainda faz com que, independentemente de legislações, as mulheres negras mantenham a base da pirâmide social no Brasil.

Para a autora “o paradigma atual exalta a mulher branca, jovem, bonita e traz como fundamental o novo e o belo. Desta maneira, as mulheres que não se enquadram nesse modelo estão excluídas da dinâmica social” (ALVES, 2014, p. 47). A perversidade que cerca as mulheres não as oprime apenas por seu gênero, raça e classe, soma-se ainda a carga da idade, pois para ser bela a mulher precisa ser sempre jovem, do contrário é excluída por mais um motivo, de uma sociedade já tão excludente. Alves também trabalha com o conceito de mulheres veteranas, no entanto salienta que não está se referindo a mulheres idosas,

o conceito de veterano o qual nos remetemos está fundamentalmente correlacionado a dois grandes eixos, o primeiro tem a ver com a idade, não pode ser veterano quem é jovem, o segundo diz respeito a experiência de trabalho. O termo veterano tem sua origem na Educação Física, mais precisamente nas forças armadas, pois é considerado Veterano o soldado experiente ou afastado das forças armadas. A Educação Física incorpora isso, porque quem institucionalizou a prática da Educação Física foi as forças armadas, principalmente para preparar corporalmente os soldados para a Guerra. Entendemos que veterano é o sujeito que tem experiência de trabalho [...]. (ALVES, 2014, p. 42).

Para Alves, na economia solidária as mulheres veteranas são construtoras de saberes que se acumulam com o tempo e que foram aprendidos com as mulheres da família, a mãe, a avó ou outras mulheres, que passam de uma para outra e se consolidam com o tempo (ALVES, 2014). Quanto a economia solidária, a autora a concebe como uma estratégia de superação e enfrentamento aos diversos problemas econômicos e sociais gerados pelo capitalismo, um espaço plural e democrático que propõe outro modo de fazer econômico, se tratando de uma corrente de pensamento e de ação que visa recuperar o sentido social e ético da economia para enfrentar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social que é constituída por grupos, associações, formas de produzir e consumir que estão correlacionadas às práticas de solidariedade novas ou antigas (ALVES, 2014). Esses saberes acumulados pelas mulheres estão relacionados com o artesanato, com o que elas faziam em seu tempo de “folga” e sem expectativa de lucro, mas que sob esse novo ângulo de visão quebram o paradigma do capitalismo e servem para lhes dar o sustento,

se está diante de artesanato quando a mão humana trabalha a matéria-prima para produzir objetos úteis, ou seja, quando visa a produzir utilidades ou utensílios, onde a beleza é uma dimensão discreta que chega apenas, talvez, até o nível da decoração. (EGGERT, 2011, p. 6-7).

Esse ofício, que passa de mãe para filha e é compartilhado entre as mulheres, cria uma sororidade que as mantém unidas, possibilitando criarem mecanismos de defesa às agressões e a qualquer forma de violência, pois busca combater o patriarcalismo, valorizar a sexualidade feminina, além de transformar as relações de solidariedade entre as mulheres, possibilitando que tenham consciência de que são utilizadas para reproduzir a opressão de gênero entre elas, aniquilando o valor individual e coletivo, ou seja,

a política patriarcal usa as próprias mulheres para prejudicar outras mulheres, prometendo a elas a aceitação, a valorização e a ascensão. Para combater a crueldade patriarcal o feminismo precisa fortalecer e promover a sororidade e não reproduzir formas de opressão entre mulheres como a discriminação, a violência e a exploração. As redes genealógicas de apoio entre mulheres têm se consolidado principalmente entre parentes, companheiras e amigas. Remonta-se a várias gerações de parentesco entre mulheres e também de movimentos feministas do passado. As mulheres não teriam sobrevivido em condições tão opressivas se não tivessem contado com esses apoios vitais. O que seria de nós mulheres sem nossas mães, filhas, avós? O que seria de nós sem nossas companheiras e amigas? O que seria de nós sem nossas ancestrais? (ALVES, 2014, p. 74).

Quando essa opressão feminina é transposta para as mulheres negras é que aparece o conceito de dororidade, pois além da opressão de gênero e classe, ainda é somada a opressão de raça,

para pessoas humildes, que sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino do coletivo. (ALVES, 2014, p. 86).

Essas pessoas, sobretudo as mulheres negras, sempre foram invisibilizadas por serem quem são. De acordo com Alves (2014) dados do IBGE apontam que, em 2009, o trabalho doméstico era composto por 7, 2 milhões de pessoas, onde 93% eram mulheres e desse número 61,6% eram de mulheres negras. Isto é, a profissão que mais emprega mulheres no país é uma das mais desvalorizadas e precarizadas, especialmente porque esse número é subestimado, pois na maioria dos casos é um trabalho exercido de maneira invisível, informal e sem garantias trabalhistas. O antigo trabalho escravo foi transposto para o trabalho doméstico, onde a estrutura trabalhista permaneceu praticamente a mesma: “as trabalhadoras domésticas ficavam confinadas em uma área da casa, geralmente a cozinha, e esperava-se que se tornassem invisíveis quando passassem por outras áreas da casa” (COLLINS, 2019, p. 118).

Para Alves, a história das mulheres “pode se revelar através de um duplo movimento de invisibilidade, isto é: a invisibilidade das formas de opressão da mulher e a invisibilidade das formas de resistência secular da mulher a essa opressão” (ALVES, 2014, p. 40). As mulheres brancas sofriam com o processo de invisibilização imposto pelo sistema patriarcal, já as mulheres negras padeciam da mesma opressão das brancas, somado ao cruel sistema escravista, ambas se organizaram em movimentos de mulheres, com objetivos divergentes, mas tendo a resistência como ponto de convergência entre ambas.

CONSIDERAÇÕES

Alves aponta a educação como uma forma de resistência das mulheres, que só puderam frequentar a escola formal no país a partir de 1827, sendo permitida apenas a educação a nível elementar, voltada a aprendizagem de prendas domésticas e preparação para o casamento — pois nesse momento ainda lhes era vedado o ingresso em instituições de ensino superior —, foi só na segunda metade do século XIX, que a instrução tornou-se mais acessível às mulheres que tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e secundário. Com nível mais elevado de instrução elas podiam se dedicar ao magistério (ALVES, 2014, p. 50).

Convém ressaltar que essa educação era voltada às mulheres brancas, porque às mulheres negras era negada qualquer forma de instrução formal, e como resultado dessa prática Carneiro (2019) registra que, de acordo com o censo de 1980, quase a metade das mulheres negras brasileiras era praticamente analfabeta e menos de 1% delas conseguiam chegar ao ensino superior. Um estudo do INEP, de 2017, mostrou que “81% dos docentes são do gênero feminino,

enquanto, no que se refere à raça/cor, os pretos figuram discretamente com percentual de 4,1% "(ALVES; LIMA; STOLL, 2021, p. 88). Tal estudo não especificou a modalidade de ensino, tampouco se no percentual de pessoas pretas os homens estariam incluídos. Esses números denotam o tamanho da desigualdade em um país de maioria negra, em que um espaço de poder, como é a sala de aula, ainda era/é ocupado majoritariamente por pessoas brancas, que são vistas no país como hegemônicas, em que "o privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra" (GONZALES, 2020, p. 46). Os privilégios usufruídos por elas não são levados em conta, não são sequer pensados ou refletidos, por isso não é de se estranhar que em uma pesquisa a maioria das/os professoras/es tenha informado que nunca presenciou situações de racismo, soma-se a isso a naturalização do ato, posto que a "piada" preconceituosa ou a colocação "inocente" não são vistas como racismo por quem as pratica. (ALVES; LIMA; STOLL, 2021, p. 90).

O preconceito e o racismo não são prerrogativas brasileiras, acontecem em todos os lugares que fizeram uso do cruel sistema colonial de escravização das pessoas negras. De acordo com Hooks (2020), nenhum livro de história usado em escolas públicas informou sobre o imperialismo racial, em vez disso ensinaram que Colombo "descobriu" a América; que os "índios" eram assassinos de mulheres e crianças; que as pessoas negras eram escravizadas devido à maldição bíblica de Cam entre outros. Ninguém falava na África como o berço da civilização; ninguém mencionou os assassinatos em massa de nativos americanos como genocídio ou os estupros de mulheres nativas americanas ou africanas como terrorismo; ninguém discutia escravidão como o alicerce para o crescimento do capitalismo.

Apesar do exposto, Alves acredita que com todos os defeitos e falhas, "é no ambiente escolar que se apresenta o lugar fecundo para o combate contra qualquer forma de preconceito e discriminação social, especialmente a violência sexista, o racismo e a homofobia" (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 15). Para ela, lutar contra o racismo e para o fim da desigualdade social, também é uma tarefa da escola, que deve ter como objetivo básico "contribuir para eliminar as desigualdades étnico-raciais dos grupos discriminados ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, ações, projetos, práticas e outros desenhos curriculares" (ALVES; STOLL; ESPÍNDOLA, 2016, p. 20). Pois, não é mais aceitável que em pleno século XXI, com todas as formas de pesquisa e acesso à informação, profissionais da educação ainda aleguem desconhecimento ou falta de fontes para trabalhar as questões da negritude em sala de aula. A educação para as relações étnico-raciais é urgente.

Alves evidencia que acredita na educação como forma de combater a violência que atinge a população negra a nível mundial, como os assassinatos de George Perry Floyd Jr. em maio de 2020, nos Estados Unidos, e João Alberto Silveira Freitas em novembro de 2020, no Brasil, no supermercado Carrefour em Porto Alegre (RS), que foram brutalmente assassinados ao serem espancados por policiais e seguranças sem que essas atitudes tenham despertado qualquer reação de ajuda pelos que presenciaram o ocorrido (ALVES; LIMA; STOLL, 2021), além da violência estrutural, que a pandemia de COVID-19 só veio a agravar um quadro que já era difícil, e escancarar as desigualdades que a branquitude dominante faz

questão de suprimir das estatísticas e dos dados oficiais. Não só as pessoas negras economicamente ativas padeceram com o vírus, mas mesmo o critério etário, adotado para a vacinação, favoreceu as pessoas brancas (APÚBLICA, 2021), uma vez que a população negra, mesmo sendo maioria no país, dificilmente atinge idades avançadas, devido a diversos fatores, tanto pela morte da juventude negra quanto pela dificuldade de acesso aos serviços de saúde, moradia e saneamento.

Na escrita de Alves foi possível identificar a dor e as alegrias de ser uma mulher negra, que se identifica com as discussões de gênero, de raça, de classe e ao combate ao racismo, consciente de sua negritude, que não separa o ser negra de sua produção intelectual. No dia 05 de novembro de 2022, a doença, somada às lutas enfrentadas por uma mulher negra que ousou ocupar um cargo gestor em uma universidade pública, majoritariamente branca, misógina e carregada de racismo estrutural, calou sua voz, uma voz que não era só dela, mas de muitas mulheres e famílias negras que foram silenciadas por séculos de colonialismo e exploração. Nossas vozes ainda são silenciadas, mas nós resistimos, e lutamos contra as diversas formas de racismo. Sua voz calou, mas temos sua escrita. Que alegria ter tido a oportunidade de prestar-lhe essa homenagem ainda em vida, e, retomando o título deste escrito, que saibamos honrar sua ancestralidade.

"What would we be without our ancestors?": Professor Doctor Simone Silva Alves

ABSTRACT

This text is, in large part, a chapter of the thesis entitled "*Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do Sul do Rio Grande do Sul*", of the Postgraduate Program in Education of the *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* (PUCRS), which was defended in July 2022, and had as its general objective to analyze how the scientific production of black female doctoral professors, active in courses in the humanities, presents indications of awareness of blackness through autobiographical elements in their *escrevivência*. The methodology adopted was the autobiographical one that, together with the writing experience, allowed my life narrative to be present in the research. As a black woman and a teacher, these methodological choices also act as an attempt to break with universalizing, androcentric, racist, and sexist paradigms. As well as the decision to prioritize women authors, especially black ones, for the construction of the theoretical framework used in this work - since this study arose from the realization of the invisibility of black women in academia. I could count on the collaboration of Professor Simone Silva Alves, from the investigation of academic production (publicly available in the *Lattes Curriculum*) in which it was possible to construct the categories: awareness of blackness, black feminism, doctority, invisibility, speech/speech, resistance and combat to racism, which were analyzed according to the thought of black intellectuals.

KEYWORDS: Black female teachers. Autobiography. *Escrevivência*. Higher Education. Combating racism.

"¿Qué sería de nosotros sin nuestros antepasados?": Profesora Doctora Simone Silva Alves

RESUMEN

Este texto trata, en gran parte, de un capítulo de la tesis titulada "*Professoras negras e suas autorias: um estudo sobre a produção acadêmica de doutoras negras atuantes em universidades públicas do Sul do Rio Grande do Sul*", del Programa de Posgrado en Educación de la Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que fue defendida en julio de 2022, y tuvo como objetivo general analizar cómo la producción científica de profesoras doctoras negras, activas en cursos de humanidades, presenta evidencias de conciencia de negritud a través de elementos autobiográficos en sus escritos. La metodología adoptada fue la autobiográfica que, aliada a la experiencia de *escrevivência*, permitió que mi narrativa de vida también estuviera presente en la investigación. Como mujer negra y profesora, estas elecciones metodológicas también actúan como un intento de romper con paradigmas universalizadores, androcéntricos, racistas y sexistas. Así como la decisión de priorizar autoras, especialmente negras, para la construcción del marco teórico utilizado en este trabajo - ya que este estudio surgió de la constatación de la invisibilidad de las mujeres negras en el medio académico. Pude contar con la colaboración de la profesora Simone Silva Alves, a partir de la investigación de la producción académica (disponible públicamente en el Currículo *Lattes*) en la que fue posible construir las categorías: conciencia de la negritud, feminismo negro, dororidad, invisibilidad, discurso/voz, resistencia y combate al racismo, que fueron analizadas de acuerdo con el pensamiento de las intelectuales negras/os.

PALABRAS CLAVE: Profesoras negras. Autobiografía. *Escrevivência*. Enseñanza Superior. Lucha contra el racismo.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, S. S. Currículo Lattes. **Plataforma Lattes**, [s.l.], 16 maio, 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8832898581140645>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- ALVES, S. S.; OLIVEIRA, E. F.; SANTOS, J. S. Educação de Jovens, Adultos e Idosos e Educação para as Relações Étnico-Raciais e Movimentos Sociais. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 2, p. 897, 2016.
- ALVES, S. S.; STOLL, V. G.; ALVES, S. S. (Re)Educação das Relações Étnico-raciais: ação-reflexão na formação de professores na Educação Básica. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 2, p. 13, 2016.
- ALVES, S. S.; STOLL, V. G.; OSÓRIO, T. R.; LIMA, Q. C. E. Economia popular solidária: ações extensionistas no extremo sul do Brasil. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, p. 324-329, 2019.
- ALVES, S. S.; NASCIMENTO, L. S. F. Cultura e Currículo: na escola contemporânea. In: TORRES, D. F.; GARCÉS, R. R. (Org.). **Práctica Educativa y Social en la Universidad, Escuela y Comunidad**. Concepción: Nicole Annelisse Aedo Barnet, 2013. p. 283-290.
- ALVES, S. S.; ALBUQUERQUE, P. P. Racismo e preconceito: currículo como contraponto!. In: ALVES S. S.; ALBUQUERQUE, P. P. (Org.). **Racismo e preconceito: currículo como contraponto??!**. 2. ed. Vitória: Oyá, 2019. p. 48-70.
- ALVES, S. S.; LIMA, Q. C. E.; STOLL, V. G. Os atuais desafios da práxis docente para as relações étnico raciais na educação básica. In: ORTH, M. A.; CARRARA, R. M. (Org.). **Formação de professores na América Latina: democracia e diversidade**. 1. ed. Porto Alegre, RS: ASSERS, 2021. p. 85-98.
- ALVES, S. S.; MACEDO, Y. M. **Universalização Transversal: currículo, gênero e raça**. 1. ed. Vitória: OYá, 2019.
- ALVES, S. S.; MACHADO, A. P. Desafios da Educação para as Relações Étnico-Raciais. In: ALVES, S. S.; MACEDO, Y. M. (Org.). **Universalização transversal: múltiplos olhares educativos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2018. p. 15-34.
- ALVES, S. S. *et al.* Legislação, políticas públicas educacionais e o ensino remoto emergencial no Município de Jaguarão/RS. **Research, society and development**, [s.l.], v. 10, p. e350101220676, 2021b.
- APÚBLICA. O recorte racial também na fila de vacinação. **Outras Mídias**, [s.l.], 22 mar. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/o-recorte-racial-tambem-na-fila-de-vacinacao>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo, 2019.

EGGERT, E. **O amor tudo crê, tudo suporta?:** conversas (in)docentes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

EGGERT, E. **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, B. **E eu não sou uma mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

WENTZEL, M. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. **Uol**, Economia, 26 fev. 2018. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2018/02/26/o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo.htm>. Acesso em: 18 fev. 2019.

Recebido: 5 nov. 2022

Aprovado: 20 dez. 2022

DOI: 10.3895/rtr.v7n0.16244

Como Citar: RODRIGUES, E. R. N. "O que seria de nós sem nossas ancestrais?": Professora Doutora Simone Silva Alves. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 7, e16244, p. 1-13, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Elida Regina Nobre Rodrigues

elida.nr@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

